



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

TARDE

Cargo:

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Área: CONTROLE EXTERNO

Especialidade: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Orientação: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva PD₂. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva PO₂, e a prova discursiva PD₂, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Nenhuma aspiração humana pode ser alcançada se o homem não pensa.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o Caderno de Textos Definitivos.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PO₂

Acerca das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e da Declaração de Lima, julgue os itens a seguir.

- 101 É atribuição privativa do presidente convocar reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural.
- 102 Consoante a Declaração de Lima de Diretrizes para Preceitos de Auditoria, é permitido às Entidades Fiscalizadoras Superiores usar, à sua discricão, os recursos alocados a elas em uma rubrica orçamentária separada.

A propósito do Tribunal de Contas da União (TCU), no que se refere a sua natureza, competência, julgamento e fiscalização, julgue os seguintes.

- 103 São competências do TCU a análise técnico-jurídica e o julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República e a emissão de pareceres gerais.
- 104 Qualquer cidadão poderá denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.
- 105 Compete ao TCU auxiliar o Congresso Nacional a exercer a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, desde que a participação se dê de forma direta.
- 106 No uso de sua função sancionadora, pode o TCU, no caso de ilegalidade, fixar prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

No que se refere à Lei Orgânica e ao regimento interno do TCU, julgue os próximos itens.

- 107 No julgamento das contas regulares, exceto nos casos em que haja ressalvas, o tribunal dará quitação ao responsável.
- 108 Serão aceitos embargos de declaração apenas quando houver contradição em acórdão do tribunal, sendo submetidos à deliberação do colegiado competente pelo relator ou pelo redator.
- 109 Os relatórios trimestrais e anuais encaminhados pelo tribunal ao Congresso Nacional conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do tribunal.
- 110 Os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a municípios, estados e Distrito Federal, mediante acordo, à exceção de convênio, estarão no âmbito da jurisdição do tribunal.
- 111 Verificada irregularidade nas contas, havendo débito, caberá ao relator ou ao TCU ordenar a citação do responsável para apresentar defesa ou recolher a quantia devida.

Com relação aos modelos keynesiano e IS/LM, julgue os itens a seguir.

- 112 Quanto maior a sensibilidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros, mais inclinada será a curva LM e mais eficaz será a política monetária.
- 113 O aumento dos salários nominais (efeito Keynes) desloca paralelamente a curva LM para a esquerda, o que reduz o produto e o lucro das firmas e aumenta a taxa de juros de equilíbrio.
- 114 A elevação da sensibilidade do investimento em relação à taxa de juros faz com que a curva IS fique mais vertical do que antes do referido aumento.

Em relação à teoria macroeconômica para pequenas economias abertas, julgue os itens que se seguem.

- 115 No regime de câmbio fixo, o aumento da tributação proporciona redução das reservas internacionais.
- 116 No regime de câmbio flutuante, a expansão dos gastos do governo não é capaz de estimular o produto da economia.
- 117 Em um regime com câmbio fixo, a expansão dos gastos do governo leva ao aumento da renda e das exportações líquidas.

Acerca da teoria microeconômica clássica, julgue os itens subsequentes.

- 118 Em concorrência perfeita, o preço é independente da quantidade produzida e a receita total é linear.
- 119 Em concorrência perfeita, o custo marginal é igual à receita média no ponto ótimo.

No que concerne à teoria da regulação, julgue os itens a seguir.

- 120 Um mercado relevante do ponto de vista da necessidade de imposição tarifária por parte do órgão regulador é aquele com alta e positiva elasticidade-preço cruzada da demanda.
- 121 A regulação por taxa interna de retorno é a que garante o maior incentivo em termos de busca de produtividade e eficiência por parte do concessionário.
- 122 A condição para o problema de *moral hazard* (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

De acordo com o pronunciamento conceitual básico (R1), elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir.

- 123 A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

Em relação às responsabilidades da administração da entidade e do auditor independente, de acordo a NBC TA 200, julgue o próximo item.

124 Os mandatos para auditoria de demonstrações contábeis de entidade do setor público podem ser mais detalhados que os de outras entidades, o que implicaria responsabilidades adicionais para a administração, tais como a responsabilidade pela execução de transações e eventos em conformidade com a legislação, regulamentação ou outra autoridade.

Julgue o seguinte item, que trata da administração e do conselho fiscal das entidades, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores.

125 Os membros do conselho fiscal têm a obrigação de denunciar aos órgãos de administração erros, fraudes ou crimes que descobrirem e de sugerir providências. Caso ocorra omissão dos administradores, a denúncia deve ser apresentada à assembleia-geral.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores, julgue o item subsequente, referente à demonstração de lucros e prejuízos acumulados e à demonstração de mutações do patrimônio líquido.

126 Quando a companhia elabora a demonstração das mutações do patrimônio líquido, fica dispensada de publicar separadamente a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados.

A respeito das notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis, julgue o item subsequente, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

127 Quando determinada entidade corrige, retrospectivamente, erro material de períodos anteriores, a entidade deve divulgar nas notas explicativas que acompanham o primeiro conjunto de demonstrações contábeis publicado após a descoberta desse erro, entre outras informações, a natureza do erro e o montante da retificação para cada período anterior apresentado, na medida em que seja praticável, para cada item afetado da demonstração contábil.

Considere que, em um contrato de arrendamento de determinado ativo, cujo tempo estimado de vida útil seja de cinco anos, tenham sido estabelecidos os seguintes itens: prazo de vigência de 50 meses, soma das prestações com 95% do valor justo do bem na data do início do contrato e uma cláusula que prevê que, no final do contrato, a empresa arrendatária possa exercer a opção de compra, desembolsando um valor que represente cerca de 5% do valor justo do bem na data da opção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

128 A empresa arrendatária deverá, durante a vigência do contrato, contabilizar a depreciação do bem, calculada numa base sistemática, lançando crédito em conta patrimonial de depreciação acumulada, e débito em conta de resultado, ou de custo no caso de um ativo utilizado na produção.

129 A empresa arrendatária deverá reconhecer o ativo como imobilizado, aumentando o ativo total, no momento da opção de compra, quando a propriedade do bem é transferida para a empresa.

dados do balanço patrimonial*

	2012	2011
caixa e equivalentes de caixa	7.000	7.000
clientes	43.000	65.000
estoques	82.000	59.000
investimento longo prazo	10.000	8.000
imobilizado	98.000	70.000
depreciação acumulada	(38.000)	(25.000)
total do ativo	202.000	184.000
fornecedores	80.000	46.000
financiamentos longo prazo	26.000	54.000
capital social	90.000	80.000
reservas	6.000	4.000
total passivo + patrimônio líquido	202.000	184.000

dados da demonstração do resultado *

	2012
vendas	240.000
custo da mercadoria vendida	(170.000)
despesas de vendas	(20.000)
despesas administrativas	(15.000)
despesas financeiras	(10.000)
despesas de depreciação	(13.000)
imposto sobre a renda	(2.000)
lucro líquido	12.000

* saldos em reais

Considerando os dados da tabela acima, julgue o item subsequente, relacionado à elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

130 O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é menor que R\$ 35.000.

RASCUNHO

demonstração do resultado do exercício		
	2012	2011
receita	R\$ 510.000	R\$ 430.000
(-) CMV	R\$ (200.000)	R\$ (180.000)
lucro bruto	R\$ 310.000	R\$ 250.000
(-) despesas gerais e administrativas	R\$ (95.000)	R\$ (90.000)
(-) despesas de vendas	R\$ (57.000)	R\$ (45.000)
lucro líquido do exercício	R\$ 158.000	R\$ 115.000

demonstração de lucros e prejuízos acumulados	
saldo em 1/1/2011	R\$ 205.000
lucro líquido do exercício (2011)	R\$ 115.000
saldo em 31/12/2011	R\$ 320.000
lucro líquido do exercício (2012)	R\$ 158.000
saldo em 31/12/2012	R\$ 478.000

Determinada companhia levantou, no final do exercício de 2012, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de lucros e prejuízos acumulados, as quais estão expostas nas tabelas acima. Contudo, por considerar que poderia melhorar a qualidade da informação contábil-financeira, a companhia alterou sua política contábil com relação à avaliação dos estoques. Até aquele momento, a avaliação dos estoques vinha sendo feita pelo método da média ponderada. A mudança na política contábil, a ser executada ainda em 2012, consistia em adotar o método primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS). Em consequência da mudança, foram recalculados os saldos finais dos estoques nos finais dos exercícios de 2010 a 2012. Os novos saldos apresentaram, então, valores maiores que quando avaliados pela média ponderada, como apresentado a seguir.

diferença a maior no saldo do estoque, após a mudança	
exercício encerrado em 31/12/2010	R\$ 83.000
exercício encerrado em 31/12/2011	R\$ 102.000
exercício encerrado em 31/12/2012	R\$ 124.000

Com referência a essas informações, julgue o item a seguir.

131 A nova demonstração de lucros e prejuízos acumulados apresentará, em 31/12/2012, um saldo inferior a R\$ 520.000.

Em relação à apuração de resultados, controle de estoque e custo das vendas, julgue o próximo item.

132 Determinada empresa comercial levantou, ao final do mês, os saldos contábeis apresentados a seguir, cujos valores estão em reais. Nesse caso, o custo da mercadoria vendida no mês é superior a R\$ 4.300 e o lucro bruto é inferior a R\$ 3.000.

abatimento sobre compras	100
compras de mercadorias	5.000
devolução de compras	300
devolução de vendas	400
estoque saldo final do mês	1.000
estoque saldo início do mês	1.000
frete sobre vendas	200
ICMS a recolher	2.000
ICMS a recuperar	850
ICMS sobre vendas	1.500
vendas de mercadorias	9.200

RASCUNHO

Acerca das taxas de retorno e dos indicadores de estrutura de capital e solvência, julgue os itens a seguir.

- 133** O indicador de composição do endividamento denota a proporção entre o capital próprio e o capital de terceiros de uma empresa.
- 134** O índice de liquidez corrente resulta da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante e mede a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo.
- 135** Segundo o termômetro de Kanitz, o fator de insolvência superior a zero indica que a empresa possui maior possibilidade de vir a falir, ou seja, quanto mais alto e positivo for o fator de insolvência maior será o risco de falência da empresa.
- 136** O modelo DuPont originalmente era uma maneira de decompor o retorno sobre o ativo em dois fatores, que, analisados de forma isolada, representavam a margem líquida e o giro dos ativos.
- 137** O EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*) é um indicador que se aproxima do fluxo de caixa operacional e possibilita a comparação de empresas a fim de subsidiar as decisões de investimento.
- 138** O grau de alavancagem financeira é a razão entre a taxa de retorno sobre o investimento e a de retorno sobre o ativo.

Com relação aos indicadores de mercado e às análises horizontal e de liquidez, julgue os itens que se seguem.

- 139** O índice preço/lucro, também chamado de múltiplo de lucros, mostra quanto os investidores estão dispostos a pagar por unidade monetária de lucro gerado pela empresa.
- 140** O índice *dividend yield* mede a rentabilidade dos dividendos pagos por uma empresa em relação ao preço de suas ações.
- 141** A análise horizontal encadeada do balanço patrimonial é efetuada por meio do cálculo das variações de cada conta em relação a um ano-base.
- 142** O ciclo das operações financeiras engloba o conjunto de decisões inerentes à definição e à adequação da capacidade produtiva da empresa ao nível de atividade a ser empreendido, mediante estabelecimento de investimentos em ativos permanentes.

Considerando o campo de aplicação, o objeto, os objetivos e a organização da contabilidade pública e a estrutura do SIAFI, julgue os itens a seguir.

- 143** Os subsistemas do SIAFI são as subdivisões de sua estrutura de funcionalidades, que são organizados em módulos de transações.
- 144** Após a edição pelo Conselho Federal de Contabilidade das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, a contabilidade pública brasileira passou a registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública, seguindo a amplitude da previsão de apuração de custos estabelecida desde a edição da Lei n.º 4.320/1964.

Com relação às demonstrações contábeis da contabilidade governamental, julgue os itens seguintes.

- 145** No balanço orçamentário, se demonstrado que houve economia orçamentária no orçamento corrente e excesso de arrecadação no orçamento de capital, é possível que ocorra déficit orçamentário.
- 146** Dados os custos, as receitas e as despesas a seguir, a demonstração das variações patrimoniais evidencia resultado patrimonial deficitário.

despesas, custos e receitas	R\$
custo de mercadorias e produtos vendidos	50
amortização de operação de crédito	100
perdas involuntárias	50
receita de impostos	100
baixa de estoques para consumo	50
descontos financeiros obtidos	100
venda de mercadorias e produtos à vista	50
depreciação de móveis	100
aquisição de material de expediente à vista	50

- 147** A despesa orçamentária não efetiva decorre de fato contábil permutativo, como a despesa de aquisição de material de consumo, cuja variação patrimonial qualitativa é apresentada na demonstração das variações patrimoniais, segundo o atual modelo do manual de contabilidade aplicada ao setor público da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 148** No balanço financeiro, a soma dos restos a pagar inscritos e ainda não pagos, assim como as consignações em folha de pagamento representam ingressos extraorçamentários.
- 149** A partir da edição das normas brasileiras de contabilidade e da publicação do manual de contabilidade aplicada ao setor público pela Secretaria do Tesouro Nacional, o balanço patrimonial passou a evidenciar, no ativo circulante e no não circulante, itens que antes eram classificados no ativo não financeiro.

RASCUNHO

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 150** Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público devem publicar o demonstrativo da disponibilidade de caixa e o demonstrativo da despesa com pessoal, no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício.
- 151** Na consolidação das contas nacionais, a Secretaria do Tesouro Nacional excluirá as operações intergovernamentais, para evitar dupla contagem de despesas, receitas, ingressos e dispêndios do setor público.
- 152** O relatório resumido da execução orçamentária abrange os recursos das entidades da administração indireta que recebem recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluídos aqueles sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de outras despesas correntes e de capital.

Com relação às funções do governo, julgue os itens a seguir.

- 153** A redistributividade da receita tributária implica a transferência de recursos entre diferentes esferas da administração. Isso significa que a aprovação dos recursos não guarda relação com as bases tributárias de cada jurisdição. Os objetivos de redução das desigualdades ou de equalização da disponibilidade final dos recursos é apenas um atributo adicional que tem caracterizado o Sistema Tributário Nacional.
- 154** A existência de externalidades é um dos exemplos de falhas de mercado. O governo pode incorporá-las ao custo ou ao benefício privado, refletido pelo sistema de preços. Quando o governo abre mão de parcela de seus recursos, mediante a concessão de incentivo fiscal a determinado setor ou produto, isso constitui uma externalidade positiva para as respectivas empresas.

Acerca dos planos e orçamentos públicos, em particular no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 155** A existência de dispositivos constitucionais, tais como a exigência de demonstrativos regionalizados do efeito das renúncias fiscais, é uma evidência da preocupação dos constituintes de 1988 com a redução das desigualdades interregionais.
- 156** As fundações educacionais públicas federais integram o orçamento da União, a exemplo das autarquias, constituindo as instituições de ensino superior. Essa característica decorre da aplicação do princípio orçamentário da universalidade.
- 157** Quando a Constituição Federal determina que percentual do valor arrecadado de um tributo de competência de determinado ente deva ser transferido a outro, cada um desses entes registrará como receita exclusivamente e diretamente a sua respectiva parcela.
- 158** Suponha que, em meados do exercício, tenha sido constatado a insuficiência de dotação para determinado programa e que os dados, até junho, revelem a seguinte situação, em reais.
- orçamento aprovado: 3.600
 - excessos mensais de arrecadação com tendência de se repetirem ao longo do ano: 20
 - despesas empenhadas: 2.100
 - constatação de que outro programa não poderá ser executado nem há perspectiva de iniciá-lo: 75 (dotação inicial)
 - déficit financeiro no balanço patrimonial do último exercício: 120
 - crédito extraordinário aberto no exercício: 60

Com base nesses dados e informações, concluiu-se pela impossibilidade de abertura tanto de crédito suplementar como especial.

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

- 159** A LDO/2013 prevê que, no caso de frustração da receita que venha a comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo efetuará automaticamente, a qualquer tempo, o contingenciamento das dotações e a retenção dos recursos correspondentes a todos os poderes e ao Ministério Público, situação que só se reverterá se houver plena recuperação da receita inicialmente estimada antes do final do exercício.
- 160** De acordo com a legislação em vigor, toda ação finalística do governo federal deve ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano. Os programas serão estabelecidos em atos próprios de cada ente da Federação, mas deverão privilegiar a descentralização, a integração com estados e municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

Com relação à classificação da despesa pública e aos seus estágios, julgue o próximo item.

- 161** A concessão de um empréstimo pelo ente é classificada como investimento. Já a amortização de outro empréstimo anteriormente obtido constitui inversão financeira. E os juros sobre o empréstimo obtido constituem uma transferência de capital.

Acerca da gestão organizacional das finanças públicas e da LRF, julgue os itens subsecutivos.

- 162** A simples prorrogação de um financiamento ao setor privado por empresa pública federal não financeira é considerada uma modalidade de destinação de recursos públicos para o setor privado.
- 163** A unidade responsável pelo orçamento do TCU está sujeita à orientação normativa do MPOG.
- 164** Considere a seguinte situação hipotética.
Um parlamentar apresentou projeto de lei prevendo devolução de tributo para os contribuintes de determinado ramo de atividade, devolução essa condicionada à realização de novos investimentos, com vigência durante os dois exercícios subsequentes à publicação da respectiva lei. A matéria, dado o interesse em sua rápida aprovação, foi incluída no próprio projeto de lei orçamentária. A receita já foi estimada e as metas fiscais foram fixadas considerando-se essa modificação na legislação tributária.
Nessa situação, concluiu-se, apropriadamente, que todos os requisitos legais foram atendidos.

No que se refere às reformas administrativas e à redefinição do papel do Estado, julgue os itens a seguir.

- 165** A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1936 representou uma modernização na administração pública brasileira, haja vista que promoveu a descentralização das atividades administrativas, com o intuito de se gerar maior eficiência.
- 166** Na reforma gerencial de 1995, a qual visava eliminar os elementos patrimonialistas ainda existentes, enfatizaram-se a hierarquização e o rígido controle de procedimentos.

Acerca da administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, julgue os itens seguintes.

167 No Brasil, o estado de bem-estar social (*welfare state*) surgiu a partir de decisões autárquicas, com caráter predominantemente político.

168 A administração pública burocrática foi adotada em substituição à administração patrimonialista, segundo a qual não havia separação entre a *res publica* e a *res privada*.

Acerca de governo eletrônico, julgue os itens que se seguem.

169 O governo eletrônico associa-se ao conceito de *accountability*, por proporcionar transparência aos atos do governo e publicidade às informações governamentais.

170 Participação cidadã, melhoria do gerenciamento interno do Estado e integração com parceiros e fornecedores são pressupostos que fundamentam as ações do programa de governo eletrônico.

Julgue os próximos itens, relativos à excelência no serviço público.

171 Realização periódica de mapeamento e planejamento de ações voltadas à captação e ao desenvolvimento de competências dos agentes públicos são fatores relevantes para a obtenção da excelência no serviço público.

172 Rigor às normas e procedimentos, foco nos objetivos e hierarquização são ações fundamentais a serem tomadas pelo Estado na busca pela excelência nos serviços públicos.

Com relação à governança, julgue o item abaixo.

173 Resultante da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, a governança implica a capacidade governamental de realizar políticas e a promoção da *accountability*.

Com relação à construção de agenda, formulação e avaliação de políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

174 As avaliações de processo e de impacto abrangem o cálculo do custo-benefício e o do custo-efetividade de determinada política.

175 A ocorrência de eventos ou crises pode suscitar a emergência de problemas ou assuntos, não sendo suficiente, contudo, para impelir a entrada de um assunto na agenda.

176 A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.

A respeito de *Balanced Scorecard* (BSC), julgue o item abaixo.

177 Uma exigência do BSC é a identificação dos fatores que são importantes segundo a concepção dos clientes, as quais se estabelecem, em geral, em relação a quatro categorias: tempo, qualidade, desempenho e serviço.

No que se refere a indicadores de desempenho, julgue os itens subsequentes.

178 Custo, tempo, quantidade e qualidade são variáveis empregadas na construção de indicadores de desempenho.

179 O uso de indicadores de desempenho permite realizar mensuração direta dos resultados e gerir o desempenho, o que contribui para a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria e às disposições aplicáveis ao setor público, julgue os itens a seguir.

180 São responsabilidades da entidade fiscalizada implantar e manter em funcionamento efetivo sistemas de controles internos que assegurem o cumprimento das normas legais e a consecução dos objetivos traçados, o que não isenta o auditor de fazer propostas e recomendações em face da inexistência ou inadequação desses controles.

181 As atribuições dos auditores internos e externos diferem, pois, no primeiro caso, estão fixadas no contrato de trabalho, como empregado da empresa, e, no segundo, no contrato de prestação de serviços com o profissional ou empresa. O auditor interno tem responsabilidade essencialmente trabalhista; o externo, responsabilidade profissional, civil e criminal.

No que se refere às normas internacionais para o exercício profissional da auditoria e às normas específicas do TCU, julgue os itens que se seguem.

182 A revisão do trabalho de auditoria pelo coordenador da equipe é realizada posteriormente à emissão do relatório preliminar, no qual todos os aspectos relevantes são devidamente caracterizados e comunicados, independentemente de as irregularidades ou impropriedades terem sido ou não sanadas.

183 As entidades fiscalizadoras superiores que compõem a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) estão obrigadas a adotar um código de ética comum, o qual se aplica tanto aos auditores governamentais e aos dirigentes de suas próprias organizações quanto aos auditores das respectivas entidades auditadas.

Acerca do tipo de auditoria e dos instrumentos de fiscalização, julgue o item subsequente.

184 Considere que, após o exame da prestação de contas de uma entidade, o TCU tenha determinado uma série de providências para a regularização da situação dessa entidade. Nessa situação, a verificação do cumprimento das deliberações e os resultados delas advindos serão objeto de inspeções.

No que concerne ao planejamento da auditoria, julgue os itens seguintes.

- 185** Recomenda-se o emprego de amostragem estatística na auditoria, exceto em casos de amostra extensa, difícil mensuração das características da população e desnecessidade de alta precisão.
- 186** Os auditores não podem examinar todas as possíveis evidências que eliminariam os riscos de um julgamento equivocado. Um desses possíveis riscos é o risco inerente, presente, por exemplo, na situação em que uma empresa competidora de licitação bilionária é levada a elaborar demonstrações contábeis que favorecem sua imagem quanto à sua real situação econômico-financeira.

Acerca das técnicas e procedimentos de execução da auditoria e de evidências, julgue os itens a subseqüentes.

- 187** A opinião do auditor fundamenta-se nas evidências obtidas, cuja qualidade depende de três fatores-chave: relevância, probabilidade e tempestividade.
- 188** O auditor constata que uma conciliação bancária preparada pelo auditado está correta se, a partir do saldo presente nos livros contábeis, chega ao saldo do extrato bancário mediante a soma dos depósitos em trânsito e dos cheques sem fundos e a subtração dos cheques ainda não descontados.

Com relação à comunicação dos resultados e ao monitoramento da auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 189** O sistema de controle interno do Poder Executivo federal, ao realizar o controle de qualidade das atividades que desempenha, executa monitoramento que consiste na revisão dos trabalhos por ele realizados, com base nas normas e objetivos previamente estabelecidos. Nessa atividade, esse sistema avalia continuamente o planejamento, a execução e a comunicação dos resultados de seu trabalho, contribuindo para com as funções do controle externo.
- 190** O órgão ou unidade de controle interno do Poder Executivo federal, ao emitir um relatório sobre os resultados dos trabalhos realizados, faz uma comunicação que se destina não somente aos responsáveis e órgãos internos do ente auditado, mas também ao TCU e a outras autoridades interessadas e competentes.

No que diz respeito à prestação de contas e ao relatório de gestão, julgue os itens a seguir.

- 191** Estão sujeitos à constituição de processo de contas os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas ao TCU, não compreendidos entre essas as entidades do sistema S e os conselhos federais e regionais das profissões regulamentadas.
- 192** No relatório de gestão fiscal, um instrumento de transparência da gestão fiscal elaborado e divulgado ao final de cada quadrimestre, devem constar, em relação ao mês de dezembro, as despesas inscritas em restos a pagar empenhadas e liquidadas bem como as empenhadas e não liquidadas, estas até o limite das disponibilidades de caixa, pois, acima do saldo das disponibilidades, os empenhos serão cancelados.

Com relação aos sistemas de custos, julgue os itens a seguir.

- 193** Os custos do período são todos aqueles não incluídos nos custos do produto. De acordo com o regime de competência, esses custos são considerados despesas na demonstração de resultado do período em que eles ocorreram.
- 194** Os custos são gastos essenciais à produção, visto que os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

Acerca da classificação de custos, julgue os itens que se seguem.

- 195** Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos o aluguel da fábrica, a mão de obra indireta e a manutenção da fábrica.
- 196** Os custos variáveis dependem da quantidade produzida e estão diretamente relacionados com o volume de produção. Se não houver produção, não haverá custos variáveis.
- 197** Os custos diretos são aqueles gastos que independem das quantidades produzidas e permanecem constantes em determinado intervalo de volume de produção.

Com relação aos métodos de custeio, julgue os itens seguintes.

- 198** No método de custeamento variável, os custos variáveis diretos são alocados aos bens ou serviços. Desse modo, apenas os custos variáveis, mensurados objetivamente, são considerados no valor do bem sem a utilização de métodos de rateio, pois não sofreram processos arbitrários ou subjetivos.
- 199** O método de custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção de forma direta ou indireta aos serviços prestados. Por esse método, a apropriação dos custos diretos é constituída de forma econômica e viável para o objeto de custeio.
- 200** O objetivo do custeio ABC é a redução dos custos por meio da eliminação dos desperdícios e do corte nos geradores de custos que não agreguem valor ou nos fatores causadores do consumo de atividades evitáveis ou desnecessárias. Essa é uma forma eficaz de compressão de custos, diferindo da maneira tradicional de cortes aleatórios dos recursos.

PROVA DISCURSIVA PD₂

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto no parecer quanto na questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No parecer, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente.

QUESTÃO

Redija um texto sobre o seguinte tema.

ASPECTOS CONTRATUAIS DA CONTABILIDADE

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir:

- ▶ descreva os diversos agentes que participam dos contratos com a firma; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ apresente as naturezas dos contratos; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ indique como surgem os problemas relativos à execução e imposição dos contratos; [valor: 5,00 pontos]
- ▶ aponte algumas funções da contabilidade relativas à coordenação dos vários contratos existentes entre os diversos agentes vinculados à empresa. [valor: 6,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PARECER

Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado X para avaliar a qualidade do serviço de transporte público coletivo prestado na capital bem como a atuação do órgão gestor na promoção da qualidade desse serviço, foram visitados todos os terminais de ônibus e estações de metrô e foi estabelecida uma amostra aleatória estratificada por eixo populacional, compreendendo 335 paradas de ônibus, o que representa uma margem de erro de 5% e intervalo de confiança de 95%. No relatório da auditoria, constam as seguintes constatações:

- 1 baixa qualidade do serviço prestado pelas empresas permissionárias — serviço inferior ao do metrô;
- 2 baixo índice de informação do serviço de transporte rodoviário quanto a horários e itinerários;
- 3 período de utilização de mais da metade dos ônibus superior ao máximo legalmente permitido;
- 4 graves falhas no processo de vistoria, o que compromete a segurança dos veículos;
- 5 baixa efetividade da fiscalização do governo, no que se refere à falta de pagamento das multas lavradas.

Além dessas constatações, há indícios de esquema de formação de cartel entre empresas para superfaturar obras e serviços na rede de transporte; de combinação para direcionamento de licitações; de subcontratações irregulares; e de pagamento de propinas a políticos, diretores de empresas públicas e a responsáveis pelo sistema de transporte dessa capital. Os documentos da investigação, juntamente com o relatório de auditoria, fazem parte da prestação de contas do órgão em análise.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore, com as devidas fundamentações, um parecer conclusivo a partir do relatório de auditoria, atendendo ao que se especifica a seguir.

- ▶ Tipo de auditoria adequada à identificação das constatações citadas e às correções dos desvios. **[valor: 12,00 pontos]**
 - ▶ Principais tipos de amostragens utilizadas em auditorias, suas características e o tipo utilizado no caso concreto. **[valor: 13,00 pontos]**
 - ▶ Tipos de decisões definitivas de contas perante o TCU e opinião sobre as contas dos responsáveis pelo sistema de transporte da capital em epígrafe. **[valor: 13,00 pontos]**
-

RASCUNHO – PARECER

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	